

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACE – FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS QUANTO À
SATISFAÇÃO DOS CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS ADQUIRIDOS**

GIOVANNA ELISA DEL BIANCO LIMA

GOIÂNIA

2016

Prof. Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral
Reitor da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Luiz Mello de Almeida Neto
Pró-reitor de Graduação da Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Moisés Ferreira da Cunha
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Júlio Orestes da Silva
Coordenador do curso de Ciências Contábeis

GIOVANNA ELISA DEL BIANCO LIMA

**PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TRIBUTÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS QUANTO À
SATISFAÇÃO DOS CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS ADQUIRIDOS**

Trabalho destinado à avaliação da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás.

Orientador (a): Prof. MSc. Celma Duque

GOIÂNIA

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Del Bianco Lima, Giovanna Elisa

Percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis e de
Especialização em Planejamento Tributário da Universidade Federal
de Goiás quanto à satisfação dos conteúdos tributários adquiridos
[manuscrito] / Giovanna Elisa Del Bianco Lima. - 2016.
XXXVIII, 38 f.

Orientador: Profa. Celma Duque Ferreira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade
Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis
e Ciências Econômicas (FACE), Ciências Contábeis, Goiânia, 2016.
Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, lista de tabelas.

1. Conteúdos Tributários. 2. Ensino Superior. 3. Percepção
Discente. I. Duque Ferreira, Celma, orient. II. Título.

CDU 657

Giovanna Elisa Del Bianco Lima

Percepção dos estudantes do Curso de Ciências Contábeis e de Especialização em Planejamento Tributário da Universidade Federal de Goiás quanto à satisfação dos conteúdos tributários adquiridos

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) submetido e defendido publicamente na Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Goiás (UFG) como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte Comissão Examinadora:



Prof. MSc. Celma Bogue Ferreira - Orientadora
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Me. Ednei Moraes Pereira - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)



Prof. Dr. João Orestes da Silva - Avaliador
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia (GO), 13 de dezembro de 2016.

RESUMO

O aquecimento da economia brasileira e a necessidade das empresas de se adaptarem e usarem as constantes mudanças da legislação a seu favor fez com que a demanda por profissionais da área tributária crescesse. Porém, nem sempre a formação superior oferece o conhecimento necessário para que o profissional atue nesta área. Desse modo, o objetivo deste estudo é identificar qual a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis e de especialização em Planejamento Tributário da Universidade Federal de Goiás quanto aos conteúdos tributários. Para a coleta de dados utilizou-se de um questionário aplicado aos acadêmicos do sexto, sétimo e oitavo período da graduação de Ciências Contábeis e aos discentes da especialização em Planejamento Tributário da UFG, enquanto que a análise dos dados foi feita por meio da estatística descritiva. Com um total de 84 respostas, as análises indicaram que os alunos acreditam que os conteúdos tributários são fornecidos de forma insuficiente na Universidade. Também, o conteúdo programático e as matérias que abordam o tema tributário não são tão eficazes para garantir-lhes uma vaga no mercado de trabalho, aumentando assim a necessidade de maior aprofundamento da disciplina conforme conteúdo aplicado pela Universidade.

Palavras-chave: Conteúdos Tributários. Ensino Superior. Percepção Discente.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Habilidades que devem ser adquiridas e desenvolvidas pelo profissional contábil	13
Quadro 2: Atividades que podem serem exercidas por contadores	14
Quadro 3: Métodos de ensino	15
Quadro 4: Vagas de emprego	17
Quadro 5: Impostos Diretos e Indiretos	18

LISTA DE SIGLAS

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

CTN – Código Tributário Nacional

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IAESB – Internacional Accounting Education Standards Board

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IFAC – International Federation of Accountants

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOF – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

ISS – Imposto sobre Serviços de qualquer natureza

LC – Lei Complementar

PIS – Programa de Integração Social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa etária dos respondentes	21
Tabela 2: Ocupação dos respondentes	21
Tabela 3: Métodos de ensino	23
Tabela 4: Impostos diretos	24
Tabela 5: ISS cobrado na empresa	24
Tabela 6: Regime de tributação	25
Tabela 7: Interesse pela área tributária em relação à ocupação dos respondentes	26
Tabela 8: Interesse pela área tributária em relação aos métodos de ensino	27
Tabela 9: Interesse pela área tributária em relação à forma de raciocínio	27
Tabela 10: Interesse pela área tributária em relação à percepção quanto aos conteúdos tributários	27
Tabela 11: Interesse pela área tributária em relação ao conteúdo programático	28
Tabela 12: Interesse pela área tributária em relação ao conhecimento adquirido na Universidade	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMÁTICA	10
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 JUSTIFICATIVA	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 HABILIDADES DO CONTADOR	12
2.2 ENSINO E APRENDIZAGEM	14
2.3 PERFIL DO PROFISSIONAL TRIBUTÁRIO	16
2.4 CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS	17
3 METODOLOGIA	20
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA	20
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	20
3.3 ANÁLISE DE DADOS	20
4 RESULTADOS	21
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE	21
4.2 INTERESSE PELA ÁREA TRIBUTÁRIA	22
4.3 ENSINO E APRENDIZAGEM	23
4.4 GRAU DE FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS EXIGIDOS PELO MERCADO	23
4.5 SATISFAÇÃO QUANTO AOS CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS ADQUIRIDOS	25
5 CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE 1	34

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com informações úteis para a tomada de decisões, através de demonstrações de natureza econômica, financeira, física e de produtividade (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2006).

Nazário et al. (2008) destacou que o mundo contemporâneo globalizado exige do profissional contábil um conhecimento que vai além da escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios. Desta forma, o contador necessita adquirir novos conhecimentos a fim de agregar valor ao seu trabalho, tornando-se, assim, um profissional com diferencial para um mercado competitivo e acirrado.

A fim de ampliar os conhecimentos dos Bacharéis em Ciências Contábeis, Administração e Ciências Econômicas, a Universidade Federal de Goiás disponibiliza cursos de especializações nas áreas de Auditoria e Controle Gerencial; Controladoria e Finanças; Estratégias Empresariais e Financeiras; Planejamento Tributário, entre outros.

O Planejamento Tributário, de acordo com Passos (2010), é uma ferramenta disposta aos gestores da empresa, utilizada para minimizar os custos com encargos tributários e impostos, que deduzem uma grande parcela do faturamento das empresas. Assim, o trabalho realizado pelo contador de apurar da melhor forma possível os impostos possibilita que os recursos que por ventura sejam economizados gerem novos investimentos.

Segundo Zanluca (2010), o contador é uma peça fundamental na elaboração e execução do Planejamento Tributário, pois ele comanda uma série de operações internas da empresa e coordena as equipes internas, além de ser responsável por múltiplos controles, conciliações e apurações de impostos. Porém, destaca-se que não está restrito ao contador trabalhar no Planejamento Tributário, podendo ser realizado por outros profissionais que estejam relacionados com a área tributária.

Desta forma, uma maneira de se destacar no mercado é especializando-se na área tributária, uma vez que a alta carga tributária incidente no país reduz a capacidade de gerar riquezas nas empresas. Isto requer do contador práticas de gerenciamento eficazes e constantes para preservar a continuidade do empreendimento, além de dever estar atento às mudanças da legislação e buscar novas formas legais para reduzir o ônus fiscal (NAZÁRIO et al., 2008).

Assim, fez-se necessário avaliar se a relação ensino, aprendizagem e prática está sendo eficiente.

1.1 PROBLEMÁTICA

A falta de conhecimento tributário dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis e a confusão que estes fazem sobre a contabilidade e a legislação tributária são uma realidade crescente do ensino superior no país (Nazário et al., 2008). O mesmo entendimento foi destacado por Cheibub e Miranda (2004), após estudos desenvolvidos por organizações profissionais da área contábil, que evidenciaram a existência de defasagem considerável entre o ensino e prática profissional contábil.

Sobrinho (1998) atestou em sua pesquisa que 76,53% dos alunos de Ciências Contábeis do Distrito Federal pesquisados mostraram-se insatisfeitos com o curso de contabilidade, por entenderem que não é oferecida uma preparação profissional adequada para o mercado de trabalho.

Desta forma, fez-se a seguinte pergunta: Qual a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis e de especialização em Planejamento Tributário da Universidade Federal de Goiás sobre os conteúdos tributários?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Identificar qual a percepção dos estudantes do curso de Ciências Contábeis e de especialização em Planejamento Tributário da Universidade Federal de Goiás quanto aos conteúdos tributários.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar a importância atribuída aos conteúdos tributários pelos estudantes;
- Avaliar se há relação entre o ensino e a prática contábil de acordo com a percepção dos estudantes.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com o aquecimento da economia brasileira e o desenvolvimento do mercado de capitais, a demanda por profissionais da área contábil, fiscal e financeira tende a crescer, principalmente com as novas e frequentes exigências dos órgãos reguladores e acionistas, o que exige um maior número de profissionais contábeis preparados (ASSI, 2011).

Sigollo (2011) afirmou que a expansão dos negócios e a necessidade de se adaptar e usar as constantes mudanças da legislação a seu favor fez com que muitas empresas reforçassem suas áreas tributárias, tornando-as menos operacionais e mais estratégicas. Assim, o autor acredita que houve um crescimento de cerca de 50% na contratação de profissionais desta área em relação a 2010, de forma que este bom mercado de trabalho permanece tanto em tempos de crise quanto nas de economia aquecida.

Porém, Fernandes (2015) ressaltou que nem sempre a formação superior oferece o conhecimento necessário para que o profissional atue na área tributária, pois este precisa entender os cálculos e o funcionamento do negócio do cliente. O autor ainda resalta que o mercado tributário está em constante crescimento, visto que as empresas estão cada vez mais preocupadas com seus gastos, principalmente com a carga tributária de um produto ou serviço prestado, e, mesmo havendo um maior número de profissionais no mercado, estes ainda não atendem toda a demanda.

Pupo e Simão (2016) destacaram que ao final de 2015 a carga tributária no Brasil subiu para 32,71% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo que os principais tributos que explicam o aumento de 0,28 ponto percentual em relação a 2014 foram o IRRF, o FGTS e as Contribuições Sociais do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Federais.

Essa pesquisa contribuiu com a literatura, no sentido de apresentar uma análise da região estudada, a qual há poucas discussões sobre o tema, apresentando a relação entre os conteúdos ministrados, a percepção dos estudantes quanto aos conteúdos e a necessidade do mercado de trabalho, de tal forma que pôde colaborar com a adequação do sistema ensino-aprendizagem-prática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HABILIDADES DO CONTADOR

No Brasil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CES nº 10/2004 institui as diretrizes curriculares a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior para o curso de graduação em Ciências Contábeis.

Em relação ao perfil profissional desejado, a Resolução estabelece que o futuro contabilista deva ser capacitado para: compreender, em âmbito nacional e internacional, questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras; dominar questões funcionais que envolvam apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais; revelar capacidade analítica crítica sobre a utilização da tecnologia da informação na organização.

O artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 10/2004 ainda prevê as competências e habilidades necessárias para a formação do profissional, as quais seriam: utilizar adequadamente a terminologia das Ciências Contábeis e Atuariais; demonstrar a visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; elaborar pareceres e relatórios; aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; desenvolver a liderança entre equipes multidisciplinares; exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis; desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial; exercer suas atribuições com ética e proficiência.

Fleury e Fleury (2001) destacam que a competência é a capacidade de algo ou alguém realizar determinada ação com sucesso. Já as habilidades correspondem à capacidade do indivíduo de realizar certa atividade, como classificar, montar, calcular etc (CARDOSO, RICCIO, MENDONÇA NETO & OYADOMARI, 2010).

No âmbito internacional, em 1977, foi criada a *International Federation of Accountants* (IFAC), responsável por ditar os padrões internacionais de educação para os profissionais contábeis, bem como estabelecer conceitos utilizados pelo *Internacional Accounting Education Standards Board* (IAESB) em suas publicações.

A IFAC (2012) estabelece que, para demonstrar sua competência, o contador deve possuir um nível adequado de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes éticas e agrupa os conhecimentos que devem ser apresentados pelos contadores da seguinte forma, de acordo com Ott et al. (2011):

(a) Conhecimento de contabilidade, finanças e áreas afins: contabilidade financeira e relatórios, contabilidade gerencial, tributação, direito comercial, auditoria, finanças e gestão financeira e ética profissional;

(b) Conhecimentos acerca das organizações e dos negócios: economia, governança corporativa, ambiente de negócios, ética, métodos quantitativos, mercado financeiro, comportamento organizacional, tomada de decisões gerenciais e estratégicas, marketing e negócios internacionais e globalização; e

(c) Conhecimentos sobre tecnologia da informação: conhecimentos que permitem ao profissional utilizar, avaliar, estruturar e gerenciar sistemas de informações informatizados.

Com relação às habilidades que devem ser adquiridas e desenvolvidas pelo profissional contábil, a IFAC (2012), através da IES 3, as segrega em:

Quadro 1: Habilidades que devem ser adquiridas e desenvolvidas pelo profissional contábil.

Intelectuais	Identificar e solucionar problemas; tomada decisões; julgar situações complexas; análise crítica.
Técnicas e funcionais	Habilidades gerais e específicas da contabilidade, como a matemática, estatística, desenvolvimento e elaboração de relatórios.
Pessoais	Atitudes e comportamentos do profissional contábil que proporcionam uma melhoria em sua aprendizagem pessoal e profissional, assim como o autogerenciamento, o ceticismo profissional.
Interpessoais e de comunicação	Interação do profissional com outras áreas de conhecimento, para que ele receba e transmita informações, forme julgamentos e tome decisões.
Organizacionais e de gerenciamento de negócios	Habilidades relacionadas ao funcionamento da organização, como o planejamento estratégico, a gestão de projetos, a capacidade de liderança e o julgamento profissional.

Fonte: Adaptado de IES 3

Visto as habilidades e conhecimentos necessários para o profissional contábil, Marion (2003) sintetiza no Quadro 2 a relação das atividades que podem ser exercidas por estes profissionais:

Quadro 2: Atividades que podem serem exercidas por contadores.

NA EMPRESA	• PLANEJADOR TRIBUTÁRIO • CONTADOR GERAL • CONTADOR DE CUSTOS • ANALISTA FINANCEIRO • CONTADOR GERENCIAL • CARGOS ADMINISTRATIVOS • ATUÁRIO • AUDITOR INTERNO
AUTÔNOMO	• AUDITOR INDEPENDENTE • CONSULTOR • EMPRESÁRIO DE CONTABILIDADE • PERITO CONTÁBIL • INVESTIGADOR DE FRAUDES
NO ENSINO	• PROFESSOR • PESQUISADOR • ESCRITOR • PARECERISTA • CONFERENCISTA
ÓRGÃO PÚBLICO	• CONTADOR PÚBLICO • AGENTE FISCAL • CONCURSO PÚBLICO • TRIBUNAL DE CONTAS • OFICIAL CONTADOR

Fonte: Marion (2003)

Diante do exposto, percebe-se que para exercer as atividades na empresa o profissional contábil deverá ter as habilidades relacionadas ao gerenciamento dos negócios, a fim de garantir um bom funcionamento da organização, enquanto que aqueles que irão atuar como autônomos deverão possuir habilidades mais intelectuais, ligadas à capacidade de solucionar problemas, julgar situações e análise crítica.

2.2 ENSINO E APRENDIZAGEM

De acordo com Gil (1997), os métodos de ensino são as atitudes do professor no sentido de organizar as atividades de ensino, de forma que os alunos possam chegar aos objetivos em relação a um tema específico, tendo como consequência a assimilação dos conhecimentos e a ampliação das capacidades cognitivas e operativas dos estudantes.

Dentre os métodos de ensino existentes, pode-se destacar: aula expositiva; excursões e visitas; dissertação ou resumo; seminário; discussões com a classe; resolução de exercícios; estudo de caso; estudo dirigido e jogos de empresa (CARLIN & MARTINS, 2003).

Nérici (1997) categorizou os métodos de ensino em dez aspectos, os quais se destacam:

Quadro 3: Métodos de ensino.

Forma de raciocínio	Dedutivo	O assunto estudado segue do geral para o particular.
	Indutivo	O assunto é apresentado por meio de casos particulares, a fim de que se descubra o princípio geral que rege os mesmos.
	Analógico	Ocorre quando os dados particulares apresentados permitirem comparações, por semelhança.
Coordenação da matéria	Lógico	Ocorre quando os dados ou fatos são apresentados em ordem de antecedente.
	Psicológico	Ocorre quando a apresentação dos elementos segue mais os interesses, necessidades e experiências dos alunos.
Relação do professor com aluno	Individual	Quando se destina à educação de um só aluno.
	Recíproco	Quando o professor encaminha alunos a ensinar os colegas.
	Coletivo	Quando temos um professor para ensinar vários alunos.

Fonte: Nérici (1997)

A pesquisa de Antônio Sobrinho (1998) feita em diversas faculdades de Contabilidade no Distrito Federal concluiu que 67% dos professores pesquisados recorrem a uma metodologia mista de aula expositiva e exercícios, o que configura a predominância de uma concepção universitária humanista tradicional, que também se manifesta através do sistema de avaliação, visto que 53% dos professores utilizam provas e trabalhos. Com relação à visão dos alunos a respeito da eficiência do curso para ingresso no mercado de trabalho, o autor identificou que 76,53% dos alunos mostraram-se insatisfeitos com o curso de Ciências Contábeis, por entenderem que não é oferecida uma preparação profissional adequada para o mercado de trabalho.

Uma pesquisa realizada por Carlin e Martins (2003) no Curso de Ciências Contábeis de quatro Escolas da Região da Grande São Paulo concluiu que a aula expositiva, seguida da aplicação de exercícios, é a técnica mais comum utilizada pelos professores, juntamente com o uso de lousas e transparências. Além disto, o método dedutivo é o mais comum em relação à forma de raciocínio, enquanto que o método lógico predominou quando do ensino dos conteúdos programados.

Com relação à satisfação dos alunos com o conhecimento adquirido na universidade, Nazário et al. (2008) realizou uma pesquisa em Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal e os resultados indicaram que 62% do total de alunos entrevistados acreditam que o conhecimento adquirido na universidade é insuficiente.

Júnior e Rocha (2010), em pesquisa realizada na Universidade Católica de Brasília (UCB), concluíram que, em média, os aprendizes preferem como métodos de ensino a resolução de exercícios, as olimpíadas de contabilidade, a aula expositiva e o método de caso,

enquanto que o trabalho em grupo (extraclasse) consagrou-se como a metodologia menos preferida pelos aprendizes, visto que 22% a avaliaram de forma negativa.

Resultado semelhante foi encontrado na pesquisa de Mazzioni (2013) na Universidade Comunitária da Região de Chapecó, em que os alunos apontaram que os docentes utilizam como estratégias de ensino, prioritariamente, as aulas expositivas, a resolução de exercícios e os seminários, que juntos somaram 93,59% de todas as menções realizadas pelos pesquisados.

Silva e Moraes (2015), em sua pesquisa feita em uma instituição de ensino superior (IES) do curso de Ciências Contábeis de Tangará da Serra – MT, encontraram que, dos 28 alunos entrevistados, 64% acreditam ser suficiente o conhecimento fiscal/tributário adquirido na Universidade e apenas 36% acreditam ser tal conhecimento insuficiente, resultado este divergente do encontrado por Nazário et al. (2008).

2.3 PERFIL DO PROFISSIONAL TRIBUTÁRIO

As responsabilidades do gestor tributário lhe exige uma visão multidisciplinar, ou seja, não basta apenas conhecer o complexo sistema tributário, são necessários também conhecimentos relacionados à administração, contabilidade e direito, além de dever estar a par de questões relacionadas à liderança, comunicação, negociação, tecnologia, entre outras (OLIVEIRA, 2012).

Segundo Cagliari (2016), algumas das atribuições do profissional tributário seriam: liderar a equipe responsável pela contabilidade, fazer a apuração tributária da empresa, acompanhar a legislação tributária, conciliar as contas e criar planilhas de controle, atender as fiscalizações e auditorias, dentre outras. A autora ainda acrescenta que para atuar nesta área não é necessário se ter uma formação específica, podendo ser formado em administração, economia, contabilidade ou direito, desde que tenha algum curso de especialização no currículo.

O mesmo entendimento se encontra nas oportunidades de emprego descritas a seguir:

Quadro 4: Vagas de emprego.

Cargo	Atribuições	Requisitos
Gerente de Planejamento Tributário	Não descrevia.	Pessoa graduada em economia, administração, ciências contábeis ou direito, com pós-graduação ou MBA, com conhecimento sólido em contabilidade e legislação fiscal, experiência em cargos de liderança, proatividade e inglês avançado.
Gerente Tributário	Acompanhar e orientar quanto às disposições da legislação tributária referentes ao IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS, INSS e IOF, bem como à elaboração e entrega das obrigações principais e acessórias; ter conhecimento sobre o processo administrativo fiscal; elaborar relatórios de acompanhamento das contingências fiscais etc.	Pede-se que o candidato tenha atuado anteriormente em instituição financeira.
Gerente Contábil e Tributário	O candidato deverá coordenar, supervisionar e atuar nas atividades de controladoria contábil e fiscal da empresa, bem como apurar os impostos diretos e indiretos, escrituração fiscal, recolhimentos diversos e obrigações acessórias, além de municiar a diretoria e a presidência com demonstrações sobre a realidade econômica e financeira da empresa.	Faz-se necessário ter experiência como auditor contábil e tributário.
Advogado Tributarista	Atuar na área tributária, primordialmente em consultiva, com viés na parte processual, dando suporte interno ao gestor da companhia, além de dever acompanhar processos administrativos e judiciais no âmbito tributário, bem como as provisões tributárias, controle e abastecimento do software interno. Também deverá elaborar planejamentos tributários, com a finalidade de reduzir a carga fiscal.	O candidato deverá possuir experiência com escritórios de advocacia e ter conhecimento em consultoria tributária, cálculo de impostos e gerenciamento de escritórios externos, além de pós-graduação em Direito Tributário.

Fonte: Robert Half (2016) e Catho (2016)

Assim, este quadro foi baseado nas vagas de emprego disponíveis nos sites Robert Half e Catho, a fim de expressar a necessidade do mercado de trabalho com base nas atribuições e nos requisitos exigidos em cada vaga.

2.4 CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS

De acordo com o artigo 96 do Código Tributário Nacional (CTN), a legislação tributária envolve todas as leis, tratados, convenções internacionais, decretos e normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Este mesmo código dispõe no artigo 3º que “tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Os tributos podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhoria. O imposto, segundo o artigo 16 do CTN, “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação

independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”. Já as taxas “têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição” (artigo 77, CTN). O artigo 81 ainda dispõe que a contribuição de melhoria “é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária”.

Os impostos ainda podem se classificar como diretos ou indiretos, conforme disposto no quadro a seguir:

Quadro 5: Impostos Diretos e Indiretos.

Diretos (governo arrecada sobre o patrimônio e a renda dos trabalhadores)	IRPF	Tributo federal incidente sobre a renda da pessoa física (desconto na folha de pagamento).
	IPVA	Tributo estadual incidente sobre a propriedade de veículos automotores, como carros, motos, etc.
	IPTU	Tributo municipal incidente sobre a propriedade de casas, apartamentos, terrenos e salas comerciais.
Indiretos (incidem sobre os produtos e serviços que as pessoas consomem)	ICMS	Tributo estadual incidente sobre a circulação de mercadorias e serviços de transporte e telecomunicação.
	ISS	Tributo incidente sobre a prestação de serviços no município, como educação, serviços médicos, etc.
	IPI	Tributo federal incidente sobre a comercialização de produtos industrializados.
	PIS	Programa de Integração Social.
	COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.

Fonte: Batista (2015)

Em relação à forma de apuração dos impostos, no Brasil esta pode ser feita através de, principalmente, três formas, conforme a lei 12.814/2013 e Lei Complementar (LC) 123/2006:

- Lucro Real: destinado, dentre outros, àqueles cuja receita bruta total, acrescida das demais receitas e dos ganhos de capital, no ano-calendário anterior, tiver ultrapassado o limite de R\$ 78 milhões de reais;
- Lucro Presumido: destinado às pessoas jurídicas cuja receita bruta total, acrescida das demais receitas e ganhos de capital, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78 milhões de reais no ano-calendário anterior;
- Simples Nacional: é um regime de tributação mais simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, onde todos os impostos e contribuições são pagos em guia única, e somente poderão optar àqueles que tenham um faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões de reais.

Desta forma, Monteiro (2015) destacou que o gestor tributário deve sempre estar atento às ideias de investimentos do empreendedor, bem como ao plano de estratégia da empresa e ao comportamento do mercado, no momento de escolher o melhor regime de tributação, pois a escolha certa é o que faz com que sejam pagos menos impostos.

3 METODOLOGIA

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A amostra da pesquisa foi composta por alunos do 6º, 7º e 8º período do curso de graduação em Ciências Contábeis, bem como àqueles que cursam a especialização de Planejamento Tributário da Universidade Federal de Goiás. Dentre os alunos da graduação, participaram da pesquisa os que cursaram as disciplinas de Direito Tributário e Contabilidade Tributária, pois aqueles que ainda não tinham cursado as disciplinas poderiam enviar a pesquisa. Ressalta-se que estas matérias representam 4% da carga horária total exigida pelo curso.

Dos 80 respondentes na graduação, 16,25% dos alunos ainda não haviam cursado as disciplinas de Direito Tributário e Contabilidade Tributária, de forma que foram válidos 67 questionários (83,75% do total). Já na especialização, foram enviados 72 emails, porém apenas 17 alunos responderam (23,6% do total), totalizando então 84 respondentes.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados na graduação foi feita por meio da aplicação de um questionário em sala de aula para os discentes presentes e que se dispuserem a responder de forma voluntária no período matutino e noturno durante os meses de setembro e outubro e na especialização o questionário foi enviado através do “Google Forms” para os emails dos alunos.

O questionário foi fechado, adaptado da obra de Silva e Moraes (2015) e composto por questões objetivas divididas em cinco partes: a primeira parte refere-se à identificação do aluno; a segunda parte refere-se ao grau de interesse do discente com a área tributária; a terceira parte refere-se ao ensino e aprendizagem; a quarta parte objetiva identificar se os conhecimentos adquiridos pelos alunos condizem com o perfil de profissional exigido pelo mercado e, por fim, a última parte refere-se ao grau de satisfação do aluno em relação ao conteúdo tributário. O questionário está disposto no Apêndice 1.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados foi feita por meio da estatística descritiva, no software SPSS, visto que o objetivo é observar, registrar, analisar e classificar os fatos sem que o pesquisador interfira sobre eles (Andrade, 2001). Segundo Vieira (2002), a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou amostra, porém não tem o compromisso de explicar os fenômenos que relata, embora sirva de base para tal explicação.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Caracterização do Respondente

Da amostra da pesquisa em estudo, do total de 84 discentes, 79,8% são alunos da graduação em Ciências Contábeis, enquanto 20,2% são alunos da especialização em Planejamento Tributário.

Com relação à faixa etária, tem-se a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Faixa etária dos respondentes

	Frequência	Percentual
Até 20 anos	16	19,0
De 21 a 22	22	26,2
De 23 a 25	24	28,6
De 26 a 30	12	14,3
Acima de 30	10	11,9
Total	84	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os resultados, 73,8% dos alunos possuem até 25 anos, enquanto que apenas 11,9% dos respondentes possuem mais de 30 anos.

A Tabela 2 a seguir refere-se à ocupação dos respondentes:

Tabela 2: Ocupação dos respondentes

	Frequência	Percentual
Empresa Privada	30	35,7
Empresa Pública	6	7,1
Não trabalha	17	20,2
Bolsista	7	8,3
Estagiário	17	20,2
Liberal	6	7,1
Outro	1	1,2
Total	84	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Desta forma, 35,7% dos alunos trabalham em empresa privada, enquanto 20,2% discentes não estão trabalhando no momento e outros 20,2% estão estagiando.

Por fim, questiona-se aos alunos se estes já cursaram as disciplinas de Contabilidade Tributária e Direito Tributário. Porém, como inicialmente retirou-se os alunos da graduação que não cursaram estas disciplinas, restaram apenas 3 alunos da especialização que não a cursaram, de forma que 96,4% dos alunos cursaram estas disciplinas.

4.2 Interesse pela Área Tributária

Quando questionado o interesse dos estudantes pela área tributária, 48,8% dos respondentes afirmaram ter muito interesse, 39,3% têm pouco interesse e 11,9% não possuem interesse pela área. Resultado diverso do encontrado por Silva e Moraes (2015), onde 50% dos respondentes têm interesse e 21% têm muito interesse no assunto.

A respeito da possibilidade dos estudantes já terem trabalhado na área tributária, 22,6% dos alunos afirmaram que ainda trabalham na área, enquanto que 4,8% já trabalharam e desejam trabalhar novamente. 42,9% ainda não trabalharam na área, mas desejam trabalhar e 22,6% não trabalharam e nem desejam trabalhar. Apenas 7,1% dos respondentes já trabalharam na área e não desejam trabalhar novamente.

Posteriormente foi questionado aos alunos o que lhes faziam sentirem motivados com a área tributária. Com 39,3% do total, a maioria dos alunos responderam que o retorno financeiro é o principal motivo para o estudo. 17,9% dos alunos são motivados pela diversificação dos conteúdos contábeis, 3,6% pela captação de conhecimentos do professor, 19% por vincular teoria à prática e 6% para conhecer as minúcias da lei. Já 22,6% dos respondentes afirmam não se sentirem motivados.

Em seguida, questionou-se aos alunos o fator que desestimula na área tributária. O resultado encontrado demonstra que para 28,6% dos alunos a didática da aula é o principal fator que os desestimula pela área. 15,5% são desestimulados pelo professor, 14,3% pela faculdade, 21,4% pela complexidade da área, 4,8% por áreas mais rentáveis e 23,8% não se sentem motivados devido à atualização da legislação.

Ao analisar separadamente os alunos da graduação e da especialização, a principal motivação com a área tributária para a graduação é o retorno financeiro (47,7% do total) e para a especialização é vincular teoria à prática (52,9% do total). Com relação ao fator que desestimula na área tributária, para a graduação o principal fator é a didática da aula (30% do total) e para a especialização é a atualização da legislação (41,2%).

Desta forma, 88,1% dos alunos possui interesse pela área tributária, interesse este motivado principalmente pelo retorno financeiro, e, quando não há motivação, o principal fator que desestimula os discentes é a didática da aula.

4.3 Ensino e Aprendizagem

Quando questionado aos alunos quais os métodos de ensino mais utilizados pelos professores, 66,7% dos respondentes afirmaram que a aula expositiva é o método mais utilizado, seguido pela aplicação de exercícios (56%), seminários (19%) e estudo de caso (3,6%).

Questionou-se ainda, quanto à forma de raciocínio, qual o método de ensino mais utilizado pelos professores, conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3: Métodos de ensino

	Frequência	Percentual
Não sabe/não respondeu	1	1,2
Dedutivo	61	72,6
Indutivo	12	14,3
Analógico	10	11,9
Total	84	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, a maioria dos alunos apontou pelo método dedutivo, aquele em que o assunto estudado segue do geral para o particular, seguido pelo método indutivo e por último o analógico, com 11,9%.

4.4 Grau de Fixação dos Conteúdos Tributários Exigidos Pelo Mercado

Nesta parte do questionário as questões envolvem conhecimentos mínimos que os alunos devem ter de acordo com as exigências do mercado. Quando perguntado ao aluno o que ele considerava como Planejamento Tributário, 91,7% dos respondentes definiram corretamente o planejamento tributário como prever a incidência do fato gerador do imposto e trabalhar para que ele não ocorra, ocorra de forma mais amena ou postergar a sua ocorrência, enquanto que 4,8% não souberam definir.

A questão seguinte exigia do aluno conhecimentos sobre a classificação dos tributos. 83,3% dos estudantes afirmaram que os tributos podem ser impostos, taxas ou contribuições de melhoria, enquanto que 16,7% apontaram de forma incorreta que os tributos podem ser apenas impostos diretos e indiretos.

Outro questionamento diz respeito a exemplos de impostos diretos, aqueles arrecadados diretamente da renda e do patrimônio dos trabalhadores, conforme Tabela 4 a seguir:

Tabela 4: Impostos diretos

	Frequência	Percentual
Não sabe/não respondeu	1	1,2
IRPF e ICMS	24	28,6
ISS e IPVA	4	4,8
IPTU e IPI	8	9,5
IRPF e IPVA	47	56,0
Total	84	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Neste caso, 56% dos alunos acertaram ao marcar a alternativa do IRPF e IPVA, percentual este menor que os das questões anteriores.

Em seguida, o aluno deveria ter conhecimento em qual empresa haveria a incidência do fato gerador do ICMS. Dos respondentes, 86,9% souberam responder corretamente a pergunta ao afirmarem que o fato gerador do ICMS ocorre quando houver a circulação de mercadorias ou a prestação onerosa de serviços de comunicação, enquanto que 6% optaram erroneamente por quando a empresa gerar proventos de qualquer natureza e 4,8% por quando houver operações e prestações que destinem mercadorias ao exterior.

Na questão seguinte o aluno deveria saber em qual empresa seria cobrado o ISS. Conforme a Tabela 5, 88,1% dos respondentes sabia que o ISS é cobrado na empresa que preste serviços no município.

Tabela 5: ISS cobrado na empresa

	Frequência	Percentual
Não respondeu	2	2,4
Preste apenas serviços de telecomunicações	1	1,2
Exporte serviços para o exterior do País	1	1,2
Preste serviços no município	74	88,1
Trabalhe somente na transformação de produtos industrializados	2	2,4
Não sei	4	4,8
Total	84	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

As duas últimas questões desta seção envolviam conhecimentos sobre os regimes de tributação. Primeiro questionou-se qual regime a empresa poderia optar caso tivesse um faturamento no ano anterior superior a R\$ 78 milhões de reais.

Tabela 6: Regime de tributação

	Frequência	Percentual
Não sabe/não respondeu	3	3,6
Lucro Real	38	45,2
Lucro Real e Lucro Presumido	39	46,4
Lucro Real e Simples Nacional	1	1,2
Simples Nacional	3	3,6
Total	84	100,0

Fonte: Dados da pesquisa

Desta forma, os resultados evidenciaram que a margem de acertos (45,2% do total) foi inferior à de erros, o que demonstra certa confusão por parte dos alunos sobre o teto de faturamento de cada regime, visto que só poderá optar pelo Lucro Presumido a empresa que tiver um faturamento no ano anterior de até R\$ 78 milhões, indicando uma necessidade de que os alunos aprofundem e melhorem seus conhecimentos no assunto.

Em seguida foi questionado para quais empresas o Simples Nacional é destinado. Neste caso, 84,5% dos alunos acertaram ao optarem por microempresas e empresas de pequeno porte, 8,3% optaram por todas as empresas e 3,6% destinaram o simples apenas para pequenas empresas.

Estes resultados representam que, apesar de haver a necessidade de que os alunos aprofundem-se nos conteúdos tributários, e com base no perfil do profissional tributário, de forma geral o conhecimento é suficiente para o mercado de trabalho, visto que o índice de acerto da grande maioria das questões foi acima de 80%, resultado diverso daquele encontrado nas pesquisas de Silva e Morais (2015) e Nazário et al. (2008), onde ficou demonstrado que os conhecimentos dos alunos não são suficientes para que estes atuem no mercado de trabalho.

4.5 Satisfação quanto aos Conteúdos Tributários Adquiridos

Foi questionado aos alunos a percepção deles quanto aos conteúdos tributários adquiridos no curso. Dos 84 alunos respondentes, 82,1% acreditam que os conteúdos são insuficientes e para 16,7% eles são suficientes. Entretanto em pesquisa semelhante desenvolvida por Silva e Morais (2015), houve divergência nos resultados, pois naquele estudo, 64% do total acreditavam que o conhecimento adquirido na Universidade era suficiente e 36% dos respondentes acreditavam ser insuficiente tal conhecimento.

A questão seguinte não pretendeu examinar a matéria, mas sim o conteúdo programático das disciplinas que estão vinculadas à área tributária. 72,6% dos respondentes

afirmaram que o conteúdo programático foi insuficiente para seu conhecimento acadêmico e 26,2% estão satisfeitos com o conteúdo programático vinculado ao fisco.

A última questão é a que revela maior grau de insatisfação dos pesquisados. Nesta questão foi questionado se os conhecimentos adquiridos na Universidade seriam suficientes para que o aluno se sentisse capacitado para atuar no mercado de trabalho. 84,5% dos respondentes afirmaram que o conhecimento adquirido na Universidade é insuficiente, enquanto que para 14,3% dos alunos estes conhecimentos são suficientes para atuarem no mercado de trabalho.

Ao analisar separadamente os alunos da graduação e da especialização, 82,1% e 82,4%, respectivamente, estão insatisfeitos com os conteúdos tributários adquiridos no curso, enquanto que 82,1% dos alunos da graduação e 94,1% dos discentes da especialização acreditam que os conhecimentos adquiridos na Universidade não são suficientes para se sentirem capacitados para atuarem no mercado de trabalho, a insatisfação está relacionada principalmente à falta de aplicações práticas dos conhecimentos.

O último tópico do questionário disponibilizava um espaço para que os alunos colocassem suas críticas e sugestões quanto aos conteúdos tributários. 31% do total de respondentes se manifestaram e sugeriram que os professores utilizassem mais estudos de caso, que houvesse uma maior carga horária para estes conteúdos, além de professores especializados. Já as críticas se concentraram principalmente na falta de prática, na ementa extensa em pouco tempo e na didática dos professores.

Posteriormente buscou-se cruzar a variável interesse pela área tributária com outras variáveis. Inicialmente analisou-se o interesse pela área em relação à ocupação dos respondentes, conforme a Tabela 7.

Tabela 7: Interesse pela área tributária em relação à ocupação dos respondentes

		Ocupação							Total
		Entidade Privada	Entidade Pública	Não trabalha	Bolsista	Estagiário	Liberal	Outro	
Interesse	Não há interesse	30%	20%	30%	0%	20%	0%	0%	100%
	Pouco interesse	30,3%	6%	18,2%	12,1%	30,3%	0%	3,1%	100%
	Muito interesse	41,5%	4,9%	19,5%	7,3%	12,2%	14,6%	0%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, 41,5% dos alunos que possuem muito interesse pela área tributária e 30,3% daqueles que possuem pouco interesse trabalham em empresa privada, de forma que eles já devem ter contato com os conteúdos tributários, o que pode influenciar no interesse deles.

As Tabelas 8 e 9 evidenciam a relação entre o interesse pela área e os métodos de ensino utilizados pelos professores e a forma de raciocínio. Desta forma, os alunos que possuem muito interesse pela área afirmaram que o método de ensino mais utilizados pelos professores é a aula expositiva (53,6%), seguido pela aplicação de exercícios (32,1%) e, quanto à forma de raciocínio, o método mais utilizado é o dedutivo (70%).

Tabela 8: Interesse pela área tributária em relação aos métodos de ensino

		Aula expositiva	Exercícios	Seminários	Estudo de caso	Total
Interesse	Não há interesse	28,5%	57,2%	14,3%	0%	100%
	Pouco interesse	42,3%	40,4%	15,4%	1,9%	100%
	Muito interesse	53,6%	32,1%	10,7%	3,6%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se que, apesar de haver uma pequena diferença para os exercícios, os alunos que possuem pouco interesse pela área tributária também afirmaram que o método de ensino mais utilizado pelos professores é a aula expositiva, fato este que pode ser um influenciador no nível de interesse destes. Porém, isto não ocorre na forma de raciocínio, visto que, independente do nível de interesse, o método dedutivo foi o escolhido pelos alunos.

Tabela 9: Interesse pela área tributária em relação à forma de raciocínio

		Dedutivo	Indutivo	Analógico	Total
Interesse	Não há interesse	70%	20%	10%	100%
	Pouco interesse	78,8%	15,1%	6,1%	100%
	Muito interesse	70%	12,5%	17,5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Em seguida analisou-se a relação entre o interesse e a percepção dos alunos quanto aos conteúdos tributários. Observa-se na Tabela 10 que para 80,5% dos alunos que afirmam terem muito interesse pela área tributária os conteúdos tributários adquiridos na Universidade são insuficientes, enquanto que para apenas 19,5% destes alunos os conteúdos são suficientes.

Tabela 10: Interesse pela área tributária em relação à percepção quanto aos conteúdos tributários

		Percepção quanto aos conteúdos tributários			Total
		Não sabe/não respondeu	Insuficiente	Suficiente	
Interesse	Não há interesse	0%	70%	30%	100%
	Pouco interesse	3%	87,9%	9,1%	100%
	Muito interesse	0%	80,5%	19,5%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Desta forma, estes dados indicam que a satisfação dos alunos com os conteúdos adquiridos não está relacionada ao interesse destes pela área, uma vez que mesmo insatisfeitos o interesse pela área ainda permanece, insatisfação esta que está presente em todos os níveis de interesse pela área tributária.

A Tabela 11 a seguir evidencia a relação entre a variável interesse e o conteúdo programático das disciplinas ligadas à área tributária.

Tabela 11: Interesse pela área tributária em relação ao conteúdo programático

		Conteúdo programático			Total
		Não sabe/não respondeu	Insuficiente	Suficiente	
Interesse	Não há interesse	0%	60%	40%	100%
	Pouco interesse	3%	72,7%	24,3%	100%
	Muito interesse	0%	75,6%	24,4%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Para 75,6% dos alunos que possuem muito interesse e para 72,7% daqueles que têm pouco interesse pela área tributária o conteúdo programático das disciplinas é insuficiente, enquanto que este conteúdo é suficiente apenas para 24,4% daqueles alunos que possuem muito interesse pela área.

Por fim, a relação entre o interesse pela área tributária com o conhecimento adquirido na Universidade (Tabela 12) demonstrou que o conhecimento adquirido na Universidade não é suficiente para que se sintam capacitados para atuar no mercado de trabalho para 85,4% dos alunos que possuem muito interesse pela área tributária, para 87,9% daqueles que possuem pouco interesse e para 70% dos discentes que afirmam não terem interesse pela área.

Tabela 12: Interesse pela área tributária em relação ao conhecimento adquirido na Universidade

		Conhecimento adquirido na Universidade			Total
		Não sabe/não respondeu	Insuficiente	Suficiente	
Interesse	Não há interesse	0%	70%	30%	100%
	Pouco interesse	3%	87,9%	9,1%	100%
	Muito interesse	0%	85,4%	14,6%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Mais uma vez a percepção dos alunos quanto a estarem ou não preparados para atuarem no mercado de trabalho de acordo com os conhecimentos que adquiriram não está relacionada com o interesse destes pela área tributária, uma vez que, independente do nível de interesse pela área, os discentes afirmam que os conhecimentos são insuficientes, o que reforça a necessidade de aperfeiçoamento da relação entre o ensino e a prática contábil na Universidade.

5 CONCLUSÃO

Pelos resultados da pesquisa, verificou-se que, de forma geral, os alunos acreditam que o conteúdo tributário é fornecido de forma insuficiente na Universidade, podendo ser enfocado com maior profundidade. O conteúdo programático das disciplinas vinculadas à área tributária não são tão eficazes para garantir-lhes uma vaga de emprego nesta área, aumentando assim sua insatisfação com os conhecimentos aplicados pela Universidade.

Em relação às sugestões e críticas feitas pelos alunos, destaca-se a necessidade de mais prática, estudos de caso e professores especializados, enquanto que as principais críticas são à didática dos professores e ao fato de que os conteúdos são muito teóricos.

Apesar de insatisfeitos com o conteúdo recebido, os alunos dizem ter muito interesse pela área tributária, tendo como motivador principal o retorno financeiro, além de que 42,9% dos discentes desejam trabalhar na área mesmo não tendo tido a experiência.

Ainda, os universitários possuem um grau de fixação dos conteúdos tributários, porém exemplos de impostos diretos e regimes de tributação são assuntos que os alunos não possuem tanto conhecimento, visto que o percentual de acerto foi de 56% e 45,2%, respectivamente.

Portanto, verificou-se que os alunos possuem interesse pela área tributária, o que ressalta a importância dos conhecimentos destes conteúdos, e quanto a relação entre o ensino e a prática contábil de acordo com a percepção dos estudantes, observou-se que esta relação está um tanto quanto fragilizada, uma vez que 84,5% dos alunos ressaltam que os conhecimentos adquiridos na Universidade são insuficientes para que se sintam capacitados para atuarem no mercado de trabalho.

Assim, conclui-se que os alunos estão insatisfeitos não só com os conteúdos tributários adquiridos na Universidade, mas também com o conteúdo programático das disciplinas ligadas a esta área, devendo ser mais aprofundados pelos professores, conforme relato dos alunos.

Sugere-se como continuação a esta pesquisa analisar na Universidade da amostra a importância do assunto na visão dos coordenadores dos cursos e professores que aplicam os conteúdos, saber se estes se sentem satisfeitos com a recepção dos conteúdos pelos alunos e quais os fatores motivacionais e que os desestimulam na aplicação destes conteúdos. Outro ponto que pode ser pesquisado é a maneira pelas quais os contabilistas que atuam na área tributária adquiriram seus conhecimentos no assunto, se foi através da prática ou da teoria

universitária, e se eles acreditam que a prática pode aumentar ou diminuir o interesse pelo assunto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-Graduação**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ASSI, Marcos. **Demanda por profissionais nas áreas contábil, fiscal, financeira e compliance é crescente**. 2011. Disponível em: <<http://www.marcosassi.com.br/com-aquecimento-da-economia-brasileira-demanda-por-profissionais-nas-areas-contabil-fiscal-e-financeira-e-crescente>>. Acesso em: 12 abril 2016.

BATISTA, Leonardo Fernando. **Impostos Diretos e Indiretos**. 2015. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/16671814/trabalho-impostos-diretos-e-indiretos.2015>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis a União, Estados e Municípios**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966.

BRASIL. Lei nº 12.814, de 16 de maio de 2013. **Altera as Leis nº 12.487 de 2011, 9.718 de 1998 e 11.491 de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm>. Acesso em: 13 set. 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CAGLIARI, Vanessa. **Gestor tributário tem papel essencial na administração de finanças corporativas**. 2016. Disponível em: <<https://www.domboscoead.com.br/pos-graduacao/noticias/gestor-tributario-tem-papel-essencial-na-administracao-de-financas-corporativas/416>>. Acesso em: 15 maio 2016.

CARDOSO, Ricardo Lopes; NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça; OYADOMARI, José Carlos; RICCIO, Edson Luiz. **Entendo e explorando as competências do contador gerencial: uma análise feita pelos profissionais**. ASAA-Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 3, n. 3, p. 353-371, 2010.

CARLIN, Ivan Passos; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Métodos de Sucesso no Ensino da Contabilidade**. Artigo publicado na Revista Brasileira de Contabilidade – ano XXXV – no. 157 – janeiro/fevereiro 2006 – pp. 65 a 79. Trabalho originalmente apresentado no 3º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, em 2003. Disponível em: <https://www.fecap.br/extensao/artigoteca/Art_008.pdf>. Acesso em: 12 maio 2016.

CATHO. Disponível em: <<http://www.catho.com.br/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

CHEIBUB, T. P.; MIRANDA, L. C. **Formação do contador: uma análise de grades curriculares dos cursos de ciências contábeis**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 17, 2004, Santos. Anais... Santos: CFC, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Lex: Diário Oficial da União, Brasília, 28, de dezembro de 2004, Seção 1, p. 15.

FERNANDES, Daniel. **Mercado não possui profissionais especializados suficientes na área tributária.** 2015. Disponível em: <<https://www.infocoead.com.br/noticias/mercado-nao-possui-profissionais-especializados-suficientes-na-area-tributaria/60>>. Acesso em: 20 abril 2016.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Construindo o conceito de competências.** Revista de Administração Contemporânea. Rio de Janeiro, Ed. Especial, p. 183-196. 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável as demais sociedades.** FIECAFI. 6 Ed. Ver. e atual. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). **Handbook of International Education Pronouncements 2012 Edition.** New York. Disponível em: <<http://www.ifac.org>> . Acesso em: 04 maio 2016.

JÚNIOR, Idalberto José das Neves; ROCHA, Hugo Mendes da. **Metodologias de Ensino em Contabilidade: Uma Análise sob a Ótica dos Estilos de Aprendizagem.** XXXIV Encontro do ANPAD. Rio de Janeiro, 2010.

MACARI, Francielle. **A profissão contábil e o mercado de trabalho: um estudo comparativo entre os formandos de 1995 e 1996 do Curso de Ciências Contábeis da UFSC.** 2005, 59f. Monografia - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZZIONI, Sady. **As Estratégias Utilizadas no Processo de Ensino-Aprendizagem: Concepções de Alunos e Professores de Ciências Contábeis.** Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT, vol. 2 , n. 1, JAN./JUN. 2013.

MONTEIRO, José Carlos Braga. **Regime de Tributação – Conceito.** 2015. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/2407/regime-de-tributacao-conceito/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

NAZÁRIO, Neander da Silva; MENDES, Paulo César de Melo; AQUINO, Ducineli Régis Botelho de. **Percepção dos discentes quanto à importância do conhecimento em Contabilidade Tributária em instituições de ensino superior do Distrito Federal: um estudo empírico.** Revista Universo Contábil, v. 4, n. 3, p. 64-81, 2008.

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução à didática geral.** Rio de Janeiro - RJ: Científica, 1997.

OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de. **O papel do profissional contemporâneo de Gestão Tributária e sua importância no mercado atual**. 2012. Disponível em: <<http://blog-fipecafi.imprensa.ws/wp-content/uploads/2012/10/O-papel-do-profissional-contemporaneo-de-Gestao-Tributaria-e-sua-importancia-no-mercado-atual.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

OTT, E. et al. **Relevância dos Conhecimentos, Habilidades e Métodos Instrucionais na Perspectiva de Estudantes e Profissionais da Área Contábil: Estudo Comparativo Internacional**. Rev. contab. finanç., vol. 22, nº 57, São Paulo, Sept./Dec., 2011.

PASSOS, Quismara Corrêa dos. **A importância da contabilidade no processo de tomada de decisão nas empresas**. 2010.

PUPO, Fábio; SIMÃO, Edna. **Carga tributária do Brasil sobe para 32,71% do PIB em 2015**. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4542667/carga-tributaria-do-brasil-sobe-para-3271-do-pib-em-2015>>. Acesso em: 29 agosto 2016.

ROBERT HALF. Disponível em: < <https://www.roberthalf.com.br/>>. Acesso em: 17 maio 2016.

SIGOLLO, Rafael. **Companhias buscam mais executivos tributaristas**. 2011. Disponível em: <http://www.odaircontador.cnt.br/2011_03_01_archive.html>. Acesso em: 12 abril 2016.

SILVA, Marli Anatólia da; MORAIS, Márcio Íris de. **Contabilidade Tributária: percepção da importância do conhecimento da disciplina por discentes de uma instituição de ensino superior de Tangará da Serra – MT**. Revista UNEMAT de Contabilidade, UNEMAT, Volume 4, Número 7, Jan/Jun. 2015.

SOBRINHO, Antônio Favero. **O ensino de contabilidade no Distrito Federal: uma abordagem crítico-reflexiva**. *UnB Contábil*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 45-60, 1998.

VIEIRA, Valter Afonso. **As Tipologias, Variações e Características da Pesquisa de Marketing**. Revista FAE, Curitiba, vol. 5, nº 1, p. 61-70. Janeiro-Abril, 2002.

ZANLUCA, Júlio César. **O Contabilista e o Planejamento Tributário**. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/planejamentofiscal.htm>>. Acesso em: 05 abril 2016.

APÊNDICE 1

	CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE
1	Está cursando: () Graduação Contabilidade () Especialização em Planejamento Tributário
2	Faixa etária: () até 20 anos () de 21 a 22 anos () de 23 a 25 anos () de 26 a 30 anos () acima de 30 anos
3	Sua ocupação: () Trabalha em empresa privada () Trabalha em empresa pública () Não trabalha no momento () Bolsista () Estagiário () Profissional liberal () Outro _____
4	Cursou as disciplinas de Direito Tributário e Contabilidade Tributária: () Sim () Não
	INTERESSE PELA ÁREA TRIBUTÁRIA
5	Interesse pela área tributária: () Não há interesse () Pouco interesse () Muito interesse
6	Trabalho na área tributária: () Sim, ainda trabalho () Já trabalhei e desejo trabalhar novamente () Não trabalhei, mas desejo trabalhar () Já trabalhei, mas não desejo trabalhar novamente () Não trabalhei e não desejo trabalhar na área
7	Sua motivação com área tributária: () Diversificação dos conteúdos contábeis () Captação de conhecimentos do professor () Vincular teoria à prática () Conhecer minúcias da lei () Retorno financeiro () Não me sinto motivado
8	Fator que desestimula na área tributária: () A didática da aula () O professor () A faculdade () A complexidade da área () A atualização da legislação () Outras áreas mais rentáveis
	ENSINO E APRENDIZAGEM
9	Métodos de ensino mais utilizados pelos professores: (pode-se marcar mais de uma alternativa) () Aula expositiva () Exercícios () Seminários () Estudo de caso
10	Quanto à forma de raciocínio, qual o método de ensino mais utilizado pelos professores? () Dedutivo (o assunto estudado segue do geral para o particular) () Indutivo (o assunto é apresentado por meio de casos particulares, a fim de que se descubra o princípio geral que rege os mesmos) () Analógico (ocorre quando os dados particulares apresentados permitirem comparações, por semelhança)
	GRAU DE FIXAÇÃO DOS CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS EXIGIDOS PELO MERCADO
11	Planejamento Tributário é: () Diminuir impostos, não importa os métodos que sejam utilizados () Omitir informações irrelevantes para retardar a ocorrência da carga tributária () Prever a incidência do fato gerador do imposto e trabalhar para que ele não ocorra, ocorra da forma mais amena ou postergar a sua ocorrência () Não sei
12	Os tributos podem ser: () Impostos diretos e indiretos () Impostos ou taxas () Impostos, taxas ou contribuições de melhoria
13	São exemplos de impostos diretos: () IRPF e ICMS () ISS e IPVA () IPTU e IPI () IRPF e IPVA
14	Haverá a incidência do fato gerador do ICMS quando: () A empresa gerar proventos de qualquer natureza () A empresa prestar serviços contábeis e advocatícios () Houver operações e prestações que destinem mercadorias ao exterior () Houver a circulação de mercadorias ou a prestação onerosa de serviços de comunicação
15	O ISS será cobrado na empresa que: () Preste apenas serviços de telecomunicações () Exporte serviços para o exterior do País () Preste serviços no município, como educação, serviços médicos etc. () Trabalhe somente na transformação de produtos industrializados () Não sei

16	A empresa que tiver um faturamento no ano anterior superior a R\$ 78 milhões de reais poderá optar pela(s) seguinte(s) modalidade(s): ☐ Lucro Real ☐ Lucro Real e Lucro Presumido ☐ Lucro Real e Simples Nacional ☐ Simples Nacional
17	O Simples Nacional é destinado para: ☐ Grandes empresas ☐ Somente para pequenas empresas ☐ Todas as empresas ☐ Microempresas e empresas de pequeno porte ☐ Não sei
SATISFAÇÃO QUANTO AOS CONTEÚDOS TRIBUTÁRIOS ADQUIRIDOS	
18	Percepção quanto aos conteúdos tributários adquiridos no curso: ☐ Mais que suficiente ☐ Suficiente ☐ Insuficiente
19	O conteúdo programático das disciplinas que estão vinculadas à área tributária são suficientes para o conhecimento acadêmico? ☐ Mais que suficiente ☐ Suficiente ☐ Insuficiente
20	Os conhecimentos adquiridos na Universidade são suficientes para se sentir capacitado para atuar no mercado de trabalho? ☐ Mais que suficiente ☐ Suficiente ☐ Insuficiente
21	Sugestões ou críticas quanto à satisfação/insatisfação dos conteúdos tributários: